

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.251 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 2001

## Fidelidade partidária será votada em abril

Em razão de pedido apresentado ontem pelo Bloco Oposição, o projeto de lei que estimula a fidelidade partidária será votado pelo Plenário do Senado no início de abril. Dessa forma, ele será examinado juntamente com a proposta que institui o financiamento público de campanhas eleitorais.

PÁGINA 3



Homenagem a Mário Covas

## Senadores fazem homenagem ao ex-governador

PÁGINA 7

## Mulher pode ter prioridade no acesso à moradia



O senador Mauro Miranda (foto) apresentou projeto que dá preferência às mulheres nos programas de distribuição de moradia pelo poder público.

PÁGINA 6



Os senadores Geraldo Althoff e Álvaro Dias e o ex-deputado José Francisco Veloso, durante o depoimento



## Ex-deputado denuncia evasão de rendas

O ex-deputado estadual José Francisco Veloso disse ontem, na CPI do Futebol, que a investigação realizada pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro confirmou a evasão de rendas nos estádios.

PÁGINA 3

## Molina depõe hoje sobre a fita da conversa de ACM com procuradores

A Comissão de Fiscalização e Controle do Senado ouvirá, a partir das 10h de hoje, o foneticista Ricardo Molina, que tornará público o resultado da perícia que fez na fita em que estaria gravado o diálogo entre o senador Antonio Carlos Magalhães e três procuradores da República.

PÁGINA 3



Heloísa Helena cobrou a lista resultante da suposta quebra de sigilo na votação



Antonio Carlos disse que Heloísa vai constatar que está sendo injusta

## Heloísa Helena repudia versão de que teria votado em favor de Luiz Estevão

A senadora Heloísa Helena repudiou ontem a versão, atribuída ao senador Antonio Carlos Magalhães, de que teria votado contra a cassação do ex-senador Luiz Estevão. Em resposta, o ex-presidente do Senado considerou injusta a manifestação de Heloísa.

PÁGINA 4

## Jader remete à CFC informações bancárias de Eduardo Jorge

O presidente do Senado, Jader Barbalho, decidiu encaminhar à Comissão de Fiscalização e Controle documentos que lhe foram entregues ontem pelo advogado do ex-secretário da Presidência da República Eduardo Jorge. A documentação inclui dados sigilosos da movimentação bancária do ex-secretário.

PÁGINA 5

## Técnicos do Prodasen descartam identificação do voto no painel

O programa original do painel eletrônico do Senado não permite que se conheça o voto de cada senador. A afirmação foi feita por três técnicos do Prodasen em depoimentos à comissão que investiga a suposta quebra de sigilo nas votações.

PÁGINA 5

## Alcântara recebe parlamentares de Honduras e República Dominicana

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) recebeu ontem uma delegação de parlamentares de Honduras e da República Dominicana, acompanhada de representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A comitiva veio ao Brasil para observar o funcionamento do Congresso Nacional, e está participando de *workshops*, palestras e debates sobre o processo legislativo, a administração e o setor de comunicação social do Parlamento.

Lúcio Alcântara disse que, durante o encontro, a delegação revelou ter constatado que os avanços obtidos pelo Parlamento brasileiro são bastante significativos, quando comparados aos demais países da América

Latina. Segundo ele, mereceram destaque nos comentários feitos pelos membros da delegação o setor de apoio ao desenvolvimento do trabalho do parlamentar, principalmente a infra-estrutura que o Congresso oferece a seus integrantes nas áreas de informática, assessoria legislativa e comunicação social.



Parlamentares hondurenhos e dominicanos, acompanhados por técnicos do BID, destacaram a infra-estrutura que o Congresso oferece a seus integrantes

## Mauro traz ao Senado escritoras e artistas goianas

Por iniciativa do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), o Senado recebeu ontem integrantes da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, como parte das homenagens ao Dia Internacional da Mulher, que se celebra hoje.

A presidente da Academia, a escritora Ana Braga, explicou que a fundação da

instituição, no dia 9 de novembro de 1969, aberta exclusivamente às mulheres das letras e artes de Goiás, representou uma iniciativa de lutar contra a opressão que sofriam, na época, as escritoras e artistas na sociedade goiana, onde o pensamento dominante era limitar a atuação da mulher ao lar e à família.

Para ampliar sua atuação, a Academia obteve recentemente do governador de Goiás, Marco



Mauro Miranda com as integrantes da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás

sede própria. Aproveitando sua vinda a Brasília, as integrantes da Academia tiveram audiência com o ministro da Cultura, Francisco Weffort, que assumiu o compromisso de destinar recursos no valor de R\$ 70 mil para reforma e aquisição de equipamentos para a futura sede da Academia Feminina.

Mauro Miranda e sua esposa, Regina Soares, reuniram cinco senadores e dois deputados federais em

seu apartamento para receber as integrantes da Academia Feminina de Letras e Artes do Estado de Goiás. Estiveram presentes os senadores Iris Rezende (PMDB-GO), Maguito Vilela (PMDB-GO), Marluce Pinto (PMDB-RR), Emilia Fernandes (sem partido-RS) e Maria do Carmo (PFL-SE), e os deputados federais Barbosa Neto e Euler Moraes e o secretário de Relações Institucionais do Distrito Federal, José Luiz Naves.



## Governador da Paraíba visita Jader Barbalho

O presidente do Senado, Jader Barbalho, recebeu em seu gabinete na tarde de ontem, para uma visita de cortesia, o governador da Paraíba, José Targino Maranhão (foto), que estava acompanhado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

## Dutra questiona cancelamento da sessão plenária de hoje

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), questionou ontem o cancelamento da sessão plenária de hoje em função da realização, no mesmo horário, de reunião da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) destinada a avaliar o conteúdo de uma



Para Dutra, reunião da CFC não é motivo de força maior

fita contendo diálogo travado entre três procuradores da República e o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Para o senador, a realização de uma reunião da CFC não pode ser vista como motivo de força maior, previsto no Regimento Interno, para o cancelamento da sessão plenária. Em resposta a Dutra, o presidente do Senado, Jader Barbalho, lembrou que não havia matérias previstas para a Ordem do Dia de hoje e disse considerar a reunião da comissão um motivo de força maior.

O líder do Bloco Oposição recordou que a comissão demorou dois meses, no ano passado, para aprovar requerimentos de convite a 16 pessoas que ajudariam a esclarecer denúncias de participação do ex-secretário-geral da Presidência da

República Eduardo Jorge em atos de favorecimento de empresas pelo setor público.

— A CFC não pode se transformar em leão-de-chácara do governo. Existe a alegação de que a comissão já estaria estudando as denúncias contra Eduardo Jorge, mas todos

sabemos que lembraram da CFC a partir do momento em que se começou a falar da criação de uma comissão parlamentar de inquérito — afirmou Dutra.

## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 2001

### COMISSÕES

10h — Comissão de Fiscalização e Controle  
Pauta: Comparecimento do foneticista Ricardo Molina para testemunhar sobre a autenticidade da fita que lhe foi entregue pela revista *IstoÉ* e que conteria diálogo entre o senador Antonio Carlos Magalhães e os procuradores da República Luiz Francisco de Souza, Guilherme Schelb e Eliana Torelly. Ala senador Nilo Coelho, anexo II, sala 6

10h — CPI do Futebol  
Pauta: Depoimento do funcionário do departamento de futebol do Vasco da Gama, Aremitas José de Lima, que recebeu em sua conta pessoal depósitos no valor total de R\$ 2,03 milhões feitos por parte da Vasco Licenciamentos.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreira Silva  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Votação de reforma política fica para início de abril

A apreciação do projeto que institui novas regras de fidelidade partidária é adiada, a pedido do Bloco Oposição, para coincidir com o exame da proposta de financiamento público das campanhas eleitorais

Os projetos de fortalecimento da fidelidade partidária e de financiamento público de campanhas eleitorais – já aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – deverão ser apreciados pelo Plenário no início de abril. A votação da primeira proposta, que estava prevista para ontem, foi adiada a pedido do líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que dessa forma procurou garantir a votação dos dois projetos na mesma data.

– Quando as propostas foram aprovadas pela CCJ, havia um acordo para que fossem apreciadas conjuntamente pelo Plenário. Como o projeto de criação do financiamento público de campanhas eleitorais recebeu emendas e teve de voltar à comissão, solicitamos o adiamento da votação do projeto que modifica os prazos de filiação partidária – explicou Dutra.

Os dois projetos foram aprovados pela CCJ em novembro, em caráter terminativo, depois de um longo debate entre os inte-



O Plenário do Senado Federal aprovou ontem oito outorgas ou renovações de concessões para emissoras de rádio

grantes da comissão. Um recurso apresentado por 11 senadores evitou que ambos fossem enviados diretamente à Câmara e tornou obrigatória sua apreciação pelo Plenário, onde foram apresentadas emendas à proposta de criação do financiamento público de campanhas.

Na sessão de ontem, foram aprovados oito projetos de decreto legislativo outorgando e re-

novando concessões para o funcionamento de emissoras de rádio. Foram beneficiadas pelas renovações as estações de rádio Paranaíba, de Itumbiara (GO); Clube de Itapeva, de Itapeva (SP); Paiquerê, de Londrina (PR); e Difusora Apucarana, de Apucarana (PR).

O Plenário autorizou a criação de novas emissoras pelas empresas Correio do Vale, de Maran-

guape (PB); Brasil Amazônia, de Abaetetuba (PA); Rádio Debie, de Ivaiporã (PR); e Chapadense de Comunicação, de Chapadão do Sul (MS). A outorga concedida a essa última foi elogiada pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Ele disse que a criação de uma emissora de rádio na cidade era uma grande reivindicação da sociedade local.

A pedido do senador Lúcio Al-

cântara (PSDB-CE), autor da proposta, o Plenário decidiu arquivar o projeto que tornava os mandatos dos titulares dos cargos de direção dos tribunais coincidentes com a duração de cada exercício financeiro. Também por requerimento de Alcântara, foi aprovada a tramitação conjunta de três projetos sobre o financiamento público de campanhas eleitorais e de cinco projetos que têm por objetivo proteger os adquirentes de imóveis em construção.

O Plenário aprovou ainda requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que solicita tramitação conjunta de três propostas de emenda constitucional que disciplinam a distribuição, entre os municípios, de parcela da arrecadação, pelos estados, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Foi concedida também urgência, a pedido da senadora Emilia Fernandes (sem partido-RS), ao projeto de resolução de sua autoria que institui o diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. O projeto deverá ser apreciado na próxima semana.

## Comissão reproduz conversa de ACM com procuradores

O foneticista Ricardo Molina estará hoje na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) para testemunhar sobre a autenticidade da fita que lhe foi entregue pela revista *IstoÉ* e que conterá diálogo entre o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e os procuradores da República Luiz Francisco de Souza, Guilherme Schelb e Eliana Torelly. Antonio Carlos teria indicado aos procuradores formas de incriminar o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge, inclusive envolvendo o presidente Fernando Henrique, e acusado a senadora Heloísa Helena (PT-AL) de ter votado contra a cassação do ex-senador Luiz Estevão. O requerimento de convocação de Molina foi aprovado ontem pela CFC.

Antes do depoimento de Molina,



O senador Romero Jucá é o presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC)

os senadores irão ouvir, em audiência pública, as fitas e conferir seu teor com a transcrição de seu conteúdo feita por Molina. O mesmo requerimento convida o procurador Luiz Francisco para dar explicações, logo após a exposição do foneticista e da audição da fita. Ele deverá dizer por

que gravou a conversa e que avaliação faz do seu teor.

Caso o procurador não possa vir hoje, será convidado a comparecer ao Senado na terça-feira. O senador Romero Jucá (PSDB-RR), que preside a comissão, informou aos senadores que os outros dois procuradores que participaram da conversa, Guilherme Schelb e Eliana Torelly, estão dispostos a prestar esclarecimentos à comissão, mas pedem para ser ouvidos depois da audiência com Luiz Francisco.



Venda de ingressos falsos, desvio de ingressos de autoridades

para pessoas sem credenciais, doação de carteiras de beneméritos e furto de ingressos foram os principais mecanismos de evasão de renda encontrados nos estádios do Rio de Janeiro, sobretudo no Maracanã, resumiu o relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff (PFL-SC). As informações foram fornecidas pelo ex-deputado estadual José Francisco Veloso, que foi presidente da CPI criada em 1994 pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro para investigar a evasão de renda nos estádios de futebol do estado. “A sonegação da renda dos estádios leva à sonegação tributária”, disse Althoff.

Segundo José Francisco Veloso, “o roubo era generalizado” na época da CPI estadual, e as irregularidades eram cometidas por autoridades e funcionários da Suderj e da Federação de Futebol. “Todo mundo roubava”, disse. Veloso afirmou que, de-



Segundo Althoff, “a sonegação de renda dos estádios leva à sonegação tributária”

pois que Francisco de Carvalho assumiu a Suderj e a Secretaria Estadual de Esportes do Rio, a corrupção praticamente acabou no Maracanã. Ele disse ter informações de que continua a haver evasão de renda nos estádios do interior, por falta de controle efetivo. O deputado recebeu diversas denúncias na época das investigações, mas a maioria não foi confirmada oficialmente nos depoimentos à CPI. José Francisco Veloso foi ameaçado diversas vezes no decorrer dos trabalhos de apuração.

O ex-deputado denunciou vários

flagrantes de evasão fiscal nos estádios fluminenses. Entre eles, disse ter visto várias vezes ambulâncias da Golden Cross entrarem no Maracanã levando, em cada uma dessas ocasiões, aproximadamente dez pessoas que não tinham participação no serviço oferecido pela empresa de assistência à saúde.

De acordo com Veloso, não havia contrato de prestação de serviço entre a empresa e a Suderj. Veloso disse ter presenciado também o ex-diretor do Flamengo e atual advogado do clube, Michel Asséf, permitir o acesso de várias pessoas em jogos Flamengo x Fluminense no Maracanã sem os respectivos ingressos.

O presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), confirmou que a CPI se reunirá às 10h de hoje para ouvir o depoimento do funcionário do Departamento de Futebol do Vasco da Gama Aremithas José de Lima, que recebeu em sua conta pessoal, segundo o relator Geraldo Althoff, depósitos no valor total de R\$ 2,03 milhões, feitos pela Vasco Licenciamentos.

# Heloísa cobra de ACM lista com voto na cassação de Estevão

Senadora repudia declarações atribuídas pela "IstoÉ" ao ex-presidente do Senado e agradece aos que não acreditaram na versão divulgada

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) exigiu ontem que o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresente a lista da votação que decidiu pela cassação de Luiz Estevão, caso tenha havido a quebra de sigilo da sessão, como teria dito o senador baiano em conversa com procuradores da República divulgada pela revista *IstoÉ*. Em discurso proferido no plenário, a senadora explicou ser essa a forma de se provar que ela votou pela cassação.

— Essa lista tem que aparecer, senador, e com o meu voto "sim" — disse Heloísa Helena, dirigindo-se ao ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães, a quem ela credita a acusação.

De dedo em riste, Heloísa Helena atacou Antonio Carlos não só como o provável autor da calúnia, mas também como integrante de uma classe de poderosos e opressores, à qual ela não se sente submetida. Em contrapartida, agradeceu a todos os que não acreditaram na versão do voto contra a cassação, que acabou sendo disseminada por milhares de meios de comunicação. Citou a história de Pan Cong, conselheiro de uma antiga corte chinesa, que ao se afastar do reino, em missão oficial, foi intensamente



Heloísa: Antonio Carlos ficou mal-acostumado devido ao medo que lhe devotam

difamado, a ponto de perder a confiança do rei.

— Quando o chamei de canalha e pusilânime, quero lhe dizer que as minhas palavras foram insignificantes diante do que sou capaz de fazer para defender a minha honra e minha família — disse Heloísa, mais uma vez apontando para Antonio Carlos.

Segundo ela, os adjetivos utilizados para descrever o caráter do senador baiano foram a maneira encontrada por Heloísa Helena para fazê-lo "entender" o que se passava. Na opinião da senadora, Antonio Carlos ficou "mal-acostumado" devido ao medo que lhe devotam, por ter se portado muitas vezes como um "capitão-domato" (profissional dedicado à caça e punição de escravos fugi-

dos ou rebeldes).

— Vossa excelência não me dobra, não me cala. Nasci negrinha para derrubar a porta da senzala — afirmou a senadora, lembrando o que chamou de uma vida de luta pelos direitos dos mais pobres e oprimidos e também de renúncia em prol de um comportamento ético e honrado.

Deixando bem clara a distância entre o mundo em que foi criada e vive e o universo de Antonio Carlos e da elite brasileira, a senadora disse que foi "educada para se portar com dignidade e não domesticada para servir aos ricos". Por isso repudiava as três hipóteses que justificariam o suposto voto a favor de Estevão: recebimento de dinheiro do senador pelo Distrito Federal; relação amorosa com ele; ou um acordo com o senador alagoano Renan Calheiros (PMDB), para atender a interesses regionais.

— Fui educada até para lamber as escaras dos pobres, se preciso, para lhes salvar a vida, mas não para atender aos poderosos. Em homenzinhos riquinhos e ordinários eu não cuspo, eu vomito — afirmou a senadora, que pediu a apuração de todas as denúncias de corrupção e roubo do dinheiro público.



Antonio Carlos assegura que "não há lista nenhuma" e o painel não foi mexido

parlamentar de inquérito (CPI) ampla para investigar o máximo de denúncias possível.

O senador baiano contestou que haja uma grande diferença entre a situação da senadora e a dele, que afirma também já ter sofrido injustiças. Para Antonio Carlos, "coragem não é privilégio dos que sofrem". Ele disse que sempre brigou "para cima e não para baixo".

## Para Freire, conselho deve investigar todas as denúncias

O senador Roberto Freire (PPS-PE) cobrou do Conselho de Ética do Senado a averiguação de todas as denúncias envolvendo os senadores Jader Barbalho (PMDB-PA) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Freire afirmou que o conselho não pode ficar à margem das investigações.

— O Conselho de Ética tem condições de investigar se Antonio Carlos tinha ou não a lista da votação da sessão que decidiu pela

cassação de Luiz Estevão — disse o senador pernambucano em referência à denúncia, atribuída pela revista *IstoÉ* a Antonio Carlos Magalhães, de que a senadora Heloísa Helena (PT-AL) teria votado favoravelmente a Estevão.



Conselho não pode ficar à margem, alerta Freire

## Calheiros desafia senador baiano a abrir sigilo telefônico

Depois da discussão travada com a senadora Heloísa Helena (PT-AL), o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) debateu em plenário com o senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Falando como líder do PMDB, Calheiros sugeriu a Antonio



Calheiros: fato novo é a violação do painel eletrônico

Carlos abrir seu sigilo telefônico de modo a esclarecer denúncias como o suposto desvio de verbas nas obras do Aeroporto Luís Eduardo Magalhães, em Salvador, e pressão para concessão de empréstimo do Banco do Brasil à prefeitura de São Paulo. "Se o senador Antonio Carlos está pedindo a apuração de tantas denúncias, deve apresentar provas e fatos, mas deve igualmente colaborar para que sejam apuradas também as denúncias que pesam contra ele", disse Calheiros.

Segundo o senador por Alagoas, Antonio Carlos já "enlameou" os nomes de 31 pessoas desde que iniciou a série de denúncias, logo após ter perdido a disputa pela

Presidência do Senado, em 14 de fevereiro. Mas o que Calheiros considera fato novo é o que chamou de "violação do painel eletrônico" quando da cassação do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), em junho do ano passado. Conforme o senador alagoano, isso vai

ficar bem claro nesta quinta-feira com a audição da fita em que Antonio Carlos, numa conversa com três procuradores da República, confessaria ter quebrado o sigilo da votação.

Repetindo o que dissera em nota à imprensa, Antonio Carlos desafiou o presidente da República ou o presidente do Banco do Brasil a provar que ele tenha pressionado a diretoria do BB a liberar empréstimo destinado ao pagamento de dívida da prefeitura de São Paulo com a construtora OAS.

Renan Calheiros afirmou que jamais propôs à senadora Heloísa Helena qualquer acordo para votar contra a cassação de Estevão. "E se eu propusesse, ela não aceitaria", disse o senador.

## Ex-presidente afirma que não merece as acusações

Em resposta ao discurso da senadora Heloísa Helena, o senador Antonio Carlos Magalhães disse que considerava compreensível a mágoa da senadora, mas que ela estava exagerando na revolta e sendo injusta com ele, Antonio Carlos. Lembrou que a defendeu no momento em que a primeira versão de um suposto voto dela a favor do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) foi divulgada, logo depois de Estevão ser cassado, em junho do ano passado.

— Vossa Excelência ainda vai se arrepender das calúnias e infâmias dirigidas contra mim, e mais cedo do que espera vai subir à tribuna para me pedir desculpas — disse Antonio Carlos.

O senador negou que tivesse dito aos procuradores ter conhecimento da lista da votação secreta em que Estevão foi cassado e que Heloísa Helena havia votado contra o pedido de cassação.

— Se Vossa Excelência é inocente, não há caso para tanto. Fique calma. Não se precipite e vai ver que não há lista nenhuma e que o painel não foi mexido — aconselhou o ex-presidente do Senado.

Antonio Carlos disse que não merece as acusações de Heloísa Helena porque vem lutando pela moralização, ao adotar posição independente e ao denunciar casos de corrupção no governo. O senador manifestou-se mais uma vez a favor da instalação de comissão

## PT nunca duvidou do voto da senadora, garante Dutra

Em discurso no plenário, o líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), disse que para o Partido dos Trabalhadores nunca esteve em discussão o voto da senadora Heloísa Helena (PT-AL) no processo que resultou na cassação do senador Luiz Estevão. De acordo com Dutra, as pessoas que põem sob suspeita o voto da senadora petista esquecem-se de que a atuação de Heloísa nesse episódio não se resumiu ao seu voto no plenário. "Ela votou no Conselho de Ética e

participou da elaboração da representação que foi apresentada para cassar Luiz Estevão", disse.

Dutra garantiu que a solidariedade do partido estende-se ao entendimento de que se deve garantir à senadora o uso dos adjetivos utilizados por ela em discursos no plenário. Para o líder, o Regimento Interno do Senado, no que se refere a esse item, é inconstitucional, já que a Constituição estabelece que o parlamentar é inviolável nas suas palavras e nos seus votos.

# Jader encaminha à CFC dados bancários de Eduardo Jorge

Comissão está incumbida de investigar as denúncias de envolvimento de ex-secretário em irregularidades apontadas em obra do TRT-SP

O presidente do Senado, Jader Barbalho, encaminhou ontem à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) carta em que o ex-secretário da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira coloca à disposição da Casa dados sigilosos de sua movimentação bancária referente aos anos de 1994 e 1998, bem como dos números de telefone que utilizava na época em que assessorava o então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.

Os documentos foram entregues ao senador em seu gabinete, no início da tarde, pelo advogado de Eduardo Jorge, José Gerardo



Jader tomou a decisão após receber documentos das mãos do advogado de Eduardo Jorge

Grossi. Jader decidiu encaminhá-los à CFC, que está incumbida de investigar as denúncias de envol-

vimento do ex-secretário em irregularidades na construção da sede do fórum paulistano do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo.

No texto dirigido ao presidente do Senado, Eduardo Jorge afirma que sua motivação é tentar “distensionar o clima de denunciamento histórico que tem tomado conta do país, mesmo às custas de direitos tão caros a qualquer cidadão como os da privacidade e da proteção da intimidade”. Após fazer um relato das denúncias e rebatê-las, Eduardo Jorge lembra que as informações anexadas à carta “estão protegidas pelo sigilo legal”.

## Comissão recebe informações sobre ex-diretor

A comissão de inquérito administrativo que apura um possível envolvimento do jornalista Fernando Cesar Mesquita, ex-diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, no vazamento à imprensa dos sigilos bancário e telefônico do ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF) recebeu ontem informações funcionais sobre o investigado.

Os dados sobre o jornalista foram solicitados à Subsecretaria de Pessoal e às comissões temáticas da Casa na última segunda-feira, após reunião de instalação da comissão de inquérito. De posse dessas informações, a comissão de inquérito volta a reunir-se amanhã

para definir o cronograma de depoimentos. Segundo o consultor Wilson Theodoro, presidente da comissão, Fernando Cesar Mesquita já foi notificado da instauração do processo administrativo-disciplinar e poderá acompanhar todos as etapas da investigação.

Embora não possa participar das reuniões da comissão de inquérito, que têm caráter sigiloso, o ex-diretor de Comunicação Social do Senado poderá acompanhar o depoimento de testemunhas. O consultor Wilson Theodoro ainda não leu as informações oficiais sobre a situação funcional de Fernando Cesar Mesquita, mas disse que o jornalista

não está mais vinculado ao quadro de servidores do Senado.

Regidos pela Lei nº 8.112, de 1990 (Regime Jurídico Único dos servidores públicos federais), os trabalhos da comissão de inquérito devem estender-se por 60 dias, prazo prorrogável por igual período, e têm como base denúncia feita pela revista *IstoÉ* contra o jornalista. Pela reportagem, publicada no final de fevereiro, o ex-diretor de Comunicação Social do Senado teria admitido a procuradores do Ministério Público Federal a condição de fonte de informações repassadas à imprensa sobre os sigilos bancário e telefônico de Luiz Estevão.

## Ademir faz apelo para que senadores apoiem CPI

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) fez um apelo aos senadores para que assinem o pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias feitas durante encontro do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) com procuradores da República.

— Dezenove senadores já assinaram: os 16 dos partidos de oposição, PT, PSB, PDT, PPS, e três senadores do PMDB: Pedro Simon (MS), Amir Lando (RO) e Roberto Requião (PR). Faltam-nos apenas oito assinaturas — enfatizou.

Naquele instante, o senador Antonio Carlos Magalhães garantiu que também assinará e Ademir manifestou sua satisfação em constatar que faltavam então apenas

sete. Para ele, as CPIs do Congresso têm dado bons resultados porque foram capazes de cassar parlamentares e até um presidente da República.

### UNIDADE

Os parlamentares de oposição no Senado e na Câmara firmaram posição conjunta de recolher assinaturas para instalar uma CPI mista da corrupção. O requerimento com esse objetivo poderá ser o apresentado em julho do ano passado com o qual o PT, PDT, PCdoB e PSB, acompanhados pelo PL, pretendiam investigar autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário envolvidas com as dotações, liberações e desvio de recursos públicos para a construção do prédio do Tribunal Regional do

Trabalho de São Paulo. Os parlamentares acreditam que poderão apresentar em outra reunião, prevista para a próxima quarta-feira, o texto definitivo que resultar das consultas em prol das assinaturas junto aos partidos da base governista. A decisão foi anunciada pelo líder do PT na Câmara, deputado Walter Pinheiro (BA), que reiterou a unidade oposicionista em torno da defesa de investigações sobre as denúncias de corrupção.

A unidade oposicionista significa, disse o líder petista, que o PPS também assinará o pedido de CPI que, ontem, contava com o apoio de 109 deputados e 16 senadores. Para a instalação da comissão, são necessárias 171 assinaturas de deputados e 27 de senadores.

## ACM pergunta se governo não vai demitir advogados do DNER

Em nota distribuída à imprensa ontem, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) respondeu à nota do Palácio do Planalto divulgada na segunda-feira. O senador reafirma algumas denúncias que fez nos últimos dias, em entrevistas e em discurso. Ele insiste em que o presidente Fernando Henrique Cardoso foi contra a CPI do Sistema Financeiro e pergunta por que o governo, depois de mandar a Advocacia-Geral da União assumir o setor jurídico do DNER e confirmar atos irregulares, até agora não demitiu nenhum dos antigos assessores jurídicos. “Quem foi punido pelos abusos cometidos?”, indagou.

Antonio Carlos Magalhães lamenta que o secretário-geral da Presidência da República, ministro Aloysio Nunes Ferreira, “figura tão responsável” e que “soube agir com coragem em momentos tumultuados de sua militância política”, passe agora “a ser um locutor, e pior, de inverdades”. A nota do Palácio foi assinada por Aloysio Ferreira.

A afirmação da nota palaciana de que o presidente Fernando Henrique não foi contra a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bancos é contestada por Antonio Carlos Magalhães. “O governo sempre foi contra a CPI do Sistema Ban-

cário. E a do Judiciário, que ele não era contra, passou a não apoiar, para inviabilizar o funcionamento de ambas”, sustenta.

O senador reafirma que o presidente Fernando Henrique Cardoso lhe disse, depois de ouvir do senador um relato sobre o chamado “dossiê Cayman” (que depois foi considerado uma montagem falsa), que precisava demitir o então diretor do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio de Oliveira.

Quanto à afirmação da nota do Palácio do Planalto de que o senador teria intercedido em favor do



Antonio Carlos respondeu a nota do Palácio do Planalto

ex-prefeito Celso Pitta, que pleiteava um empréstimo do governo federal, Antonio Carlos Magalhães a desmente totalmente. “Jamais intercedi em favor da prefeitura de São Paulo, como mentirosamente é afirmado na nota publicada”, sustenta.

— Causam espécie e interrogações as afirmativas dessa nota, que, num mesmo parágrafo, registra que eu pleiteei esse empréstimo, ou ajudei a pleiteá-lo e que a Diretoria do Banco do Brasil o considerou com uma operação vantajosa para a instituição. Quem pleiteava era o sr. Paulo Maluf que, além de ter obtido o empréstimo, ganhou jantar e cafés da manhã — diz a nota do ex-presidente do Senado.

## Técnicos dizem que voto secreto do painel não pode ser conhecido

Três técnicos do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) garantiram ontem, em depoimentos à comissão que investiga se o painel de votações secretas dos senadores é vulnerável, que o programa original solicitado pelo Senado à empresa Eliseu Kopp não permite que se conheça o voto de cada senador. Para eles, isso só seria possível se “um programa clandestino” tivesse sido instalado nos computadores que orientam o painel.

Os técnicos, responsáveis pela assistência aos computadores ligados ao painel, disseram que ninguém conversou com eles sobre a possibilidade de se retirarem listas com a posição de cada senador após as votações secretas, como a que cassou o senador Luiz Estevão. Essas informações foram dadas no início da noite de ontem pelo pre-

sidente da comissão de investigação, Dirceu Teixeira.

Os técnicos da Unicamp, contratados pelo Senado para fazer uma perícia nos computadores de votação, ligam o painel na manhã de hoje pela primeira vez desde que ele foi lacrado por ordem do presidente da Casa, senador Jader Barbalho. Eles farão duas cópias de todos os programas dos computadores. Uma ficará nos cofres do Senado, servindo para uma possível contraprova, e a outra será levada para perícia na Unicamp.

A comissão foi criada depois que a revista *IstoÉ* publicou reportagem informando que, durante uma conversa com procuradores da República, o ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) teria dito que conhecia os votos da sessão secreta que cassou o senador Luiz Estevão.

# Mauro quer facilitar acesso de mulher à moradia

Projeto do senador concede preferência a pessoas do sexo feminino, independentemente de seu estado civil, na obtenção do título de posse e domínio nos programas de produção e distribuição de casa popular promovidos pelo governo

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) apresentou projeto de lei para facilitar o acesso das mulheres à casa própria. O projeto concede preferência a pessoas do sexo feminino, independentemente de seu estado civil, na obtenção do título de posse e de domínio nos programas de produção e distribuição de moradias promovidos pelo poder público, quando financiados com recursos do Orçamento Geral da União.

Segundo o projeto, também será reservada uma cota mínima de 50%

dessas moradias às mulheres de baixa renda, definidas como as que têm rendimento familiar mensal inferior a três salários mínimos. O senador esclareceu que seu projeto visa a adequar os programas de moradia do governo aos resultados do Censo 2000, mostrando que um quarto das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres.

Mauro Miranda lembrou que as dificuldades da população brasileira para a aquisição de moradia são grandes. E observou que elas são muito maiores no caso de mulhe-



Mauro Miranda lembra que um quarto das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres

res de baixa renda que chefiam uma família, por terem total responsabilidade pela criação e manutenção de milhões de crianças e adolescentes e receberem salários inferiores aos homens, mesmo ocupando posições semelhantes.

O senador por Goiás afirmou que seu projeto visa a homenagear as mulheres por ocasião do Dia Internacional da Mulher, que se comemora hoje. Ele considerou urgente a adoção de medidas que ajudem a reduzir as diferenças entre homens e mulheres no país, acres-

centando que a promoção de políticas voltadas aos segmentos mais carentes representa um caminho adequado para reduzir as injustiças sociais.

Ao encerrar seu pronunciamento, Mauro Miranda escolheu a escritora e poetisa Cora Coralina para representar a mulher goiana e, principalmente, a mulher brasileira. "Sua trajetória de vida é um exemplo da garra e da determinação feminina. Que possamos homenagear, no futuro, muitas outras Coras Coralinas do Brasil inteiro."

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h — *Cores do Brasil* — Ceará  
6h30 — *Cidadania* — Senadora Emilia Fernandes e a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Solange Jurema, falam sobre a violência e as conquistas das mulheres  
7h30 — *Entrevista* — Senador Alberto Silva fala sobre a reforma do sistema penitenciário  
8h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia  
8h30 — *Saúde/Unip* — Doença de Parkinson — parte 2  
9h — *As Cores do Brasil* — Espírito Santo  
9h30 — *Entrevista* — Senador Mazarildo Cavalcanti fala sobre a criação da CPI das ONGs  
10h — Comissão de Fiscalização de Controle (vivo)  
Logo após — CPI do Futebol (gravado)  
18h30 — *Entrevista* — Senador Mazarildo Cavalcanti fala sobre a criação da CPI das ONGs  
19h — *Cores do Brasil* — Camboriú  
19h30 — *Cidadania* — Senadora Emilia Fernandes e a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Solange Jurema, falam sobre a violência e as conquistas das mulheres

20h30 — *Entrevista* — Senador Alberto Silva fala sobre a reforma do sistema penitenciário  
21h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia  
21h30 — Comissão de Fiscalização e Controle (representação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
10h — Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

#### Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal  
DirecTV: canal 163  
Sky Net: canal 30  
Tecsat: canal 17  
Internet: www.senado.gov.br  
Antena Parabólica — Sistema Digital:  
• Satélite: B1  
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)  
• Polarização: Vertical  
• Frequência: 3.644,4 MHz  
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz  
• Antena: 3,6 m  
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110  
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB  
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s  
• FEC: 3/4  
Antena Parabólica — Sistema Analógico:  
• Satélite - B1  
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)  
• Polarização: Horizontal  
• Frequência — 4.130 MHz

### RÁDIO SENADO FM

#### Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:  
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C  
• Receptor ABR 200, ComStream  
• LBN DRO ComStream  
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

#### Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz  
• Satélite: Brasilsat B2  
• Polarização: Vertical (RX)  
• Modo: Joint-Stereo  
• Taxa: 128 Kbps-BPSK  
• Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

## Maguito defende presença feminina na política

Ao discursar em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) enfatizou a força, a sensibilidade, a honestidade e o espírito público que as mulheres demonstram no exercício da política e da administração pública. Ele lembrou que, quando governador de Goiás, contou com profissionais do sexo feminino em postos-chave de sua administração com resultados excelentes.

Segundo Maguito, é preciso aproveitar datas como o Dia Internacional para combater o preconceito e

a discriminação contra as mulheres, defendendo sua crescente participação no mercado de trabalho e a igualdade de tratamento e salário entre profissionais dos dois sexos.

O senador disse ser necessário que o contingente de 55 milhões de eleitoras passe a votar mais nas candidatas mulheres, sanando a injustiça de haver, no Parlamento, somente 35 mulheres entre os 513 deputados e cinco entre os 81 senadores. Para Maguito, quando "cair o manto do preconceito", esse número vai multiplicar-se. Ele citou

estatísticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento, segundo as quais somente em cada dez brasileiros se negaria a votar em candidatas mulheres para cargos do Executivo e do Legislativo.



Maguito espera que eleitoras votem mais em mulheres candidatas

## Dia Internacional da Mulher

# Violência atinge todos os níveis sociais

*O brutal assassinato das irmãs Mirabal durante o regime do ditador Trujillo, da República Dominicana, em 1960, passou a ser um marco para as organizações da América Latina que lutam pela não violência contra a mulher. Manifestos feministas lembram que esse tipo de violência é construída historicamente e culturalmente, através de atitudes que representam instrumentos de poder para manter as desigualdades. Ela atinge indistintamente mulheres de todos os níveis sociais.*

Conforme o Manual do Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo, "a violência contra a mulher se refere a qualquer ato de violência que tem por base o gênero e que resulta em dano ou sofrimento de natureza física, sexual ou psicológica, inclusive ameaças, coerção ou privação arbitrária de liberdade, quer se produzam na vida pública ou privada". Pesquisas mundiais comprovam que é no ambiente doméstico onde estão localizados os maiores índices de violência contra a mulher.

Nos Estados Unidos, anualmente, em média 3,5 milhões de mulheres são agredidas por pessoas de sua convivência íntima. Na América La-

tina, esses números se ampliam: 23% sofrem agressões domésticas. No Equador, segundo pesquisa da "Red entre Mujeres", 88% das entrevistadas disseram já ter sofrido algum tipo de agressão na relação conjugal. Na Argentina, 37% das mulheres espancadas em casa sofrem agressões há mais de 20 anos. No Brasil, não há dados absolutos sobre a questão da violência intrafamiliar. No final da década de 80, o IBGE constatou que 63% das vítimas de agressões no espaço doméstico eram mulheres. Pela primeira vez, o problema foi reconhecido oficialmente.

Desde 1994, as professoras Heleiefth Saffiotti e Suely Souza Almeida tentam traçar um panorama nacional sobre a violência doméstica a partir de análise dos registros policiais. Os primeiros resultados apurados em São Paulo mostram que 81,5% dos casos registrados nas delegacias se referem a lesões corporais dolosas. Hoje, as mulheres vítimas de agressão buscam ajuda mais cedo, mas o índice de processos concluídos continua elevado. Em 70% dos casos, a apuração não vai adiante por intervenção da própria agredida. "Muitas vítimas estabelecem um vínculo de dependência emocional com o agressor", comenta a professora Heleiefth, que acredita que

só com o apoio de atendimento especializado e abrigos é que as mulheres romperão esse ciclo.

O efeito dos altos índices de violência dentro de casa é sobretudo social, pois afeta o bem-estar de toda comunidade. Para Solange Bentes Jurema, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), a violência doméstica é uma das maiores reprodutoras de violência. A criança oriunda de um lar violento reproduzirá mais tarde a violência que sofreu ou que presenciou. Para o pediatra Antonio Márcio Lisboa, é preciso combater as causas da delinquência para que nossas crianças possam se tornar adultos honestos e felizes.

O governo vem se preocupando com o problema. A Constituinte de 1988 estabeleceu a obrigatoriedade de o Estado criar mecanismos para coibir a violência no âmbito da família. Hoje, todos os estados da Federação possuem Delegacias da Mulher e alguns municípios implantaram casas de abrigo com acompanhamento psicológico às vítimas. Organismos não-governamentais e empresas também têm ajudado, mas são as associações e instituições criadas pelas próprias mulheres as mais empenhadas em vencer essa luta.

## Suplicy destaca coerência e zelo pelo interesse público

Depois de acompanhar o funeral de Mário Covas, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou a Brasília e, ocupando a tribuna do Senado, falou de sua emoção ao ver a população de São Paulo despedir-se do governador. "Com coerência, Covas mostrou seu zelo pelo interesse público, seu amor à pá-



Eduardo Suplicy lembrou o "exímio argüidor" de duas CPIs

tria e o quanto avaliava importante defender a democracia, a liberdade e as suas concepções", afirmou.

Suplicy lembrou que, como senador, Mário Covas teve atuação destacada nas comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania. Registrou também que, nas comissões parlamentares de inquérito do caso PC Farias e do Orçamento, Covas mostrou-se um exímio argüidor, "temido pelos que tivessem desviado recursos ou realizado procedimentos não condizentes com o decoro parlamentar ou a defesa do interesse público".

O senador registrou que, em 1989, Covas foi um dos políticos do PSDB

que não tiveram dúvidas em, no segundo turno da eleição para presidente da República, manifestar seu apoio a Luiz Inácio Lula da Silva. Em 1994 e em 1998, prosseguiu, foi a vez de parte do PT retribuir o apoio a Covas, no segundo turno da eleição e reeleição para governador. No ano 2000, Co-

vas expressou seu apoio, no segundo turno da eleição para a prefeitura de São Paulo, à candidata Marta Suplicy.

— Mais do que isso, Covas estava prestes a se submeter a nova cirurgia e seria internado no sábado que antecedia a eleição. Entretanto, resolveu adiar a internação para informar aos paulistanos que iria votar na prefeita Marta — destacou.

Suplicy encerrou seu pronunciamento repetindo a frase que viu em uma faixa na cidade de Santos, em referência à paixão do governador pelo Santos Futebol Clube: "Coutinho, Covas, Pelé e Pepe — que grande ataque".

## Ademir e Tuma ressaltam a conduta ética e moral

Em aparte ao discurso de Eduardo Suplicy, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que Mário Covas foi um dos que o incentivaram a ingressar na vida pública. Na época, com os direitos políticos cassados, Covas chefiou Ademir em uma empresa em Tucuruí (PA). Convidado a ser candidato a vice-



Ademir Andrade diz que Covas sempre primou pela ética

prefeito pelo PMDB, o atual senador consultou o chefe. "Ele me garantiu três meses para fazer campanha sem perder o emprego."

Na opinião do senador, Covas sempre primou pela ética — característica que o fez merecer o respeito da população e das forças políticas. Ademir afirmou que são poucos os homens públicos do país dignos de merecer tanto carinho e admiração como o governador paulista. "A lição que Mário Covas nos deixa é a de que a morte é invencível e que a vida é curta e efêmera, por isso na nossa existência devemos caminhar para fazer o bem, como ele fez", disse.

Também em aparte ao pronunciamento de Suplicy, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) comentou que respeitava Mário Covas sobretudo pela conduta ética, moral e força interior. "Ele nunca se afastou da luta, mesmo quando cassado. Permaneceu em sua trincheira, buscando os seus ide-

ais." Tuma destacou que o corpo do governador foi embora, mas sua memória e o seu exemplo permanecerão vivos.

Romeu Tuma expressou gratidão a Covas pelo apoio que dele recebeu quando uma revista de circulação nacional levantou suspeitas sobre sua conduta. Lembrou que se encontrou com Covas no parque de exposições do Anhembi, em São Paulo, no dia seguinte à publicação da matéria. "Ele me disse: você é um homem de bem, jamais poderão assacar qualquer dúvida sobre sua conduta. Essas palavras calaram fundo no meu coração", concluiu Tuma, emocionado.

# Exemplo de Covas deve ser seguido, diz Lúcio Alcântara

Senador aponta a insistência da ética na política como um dos legados mais importantes do ex-governador paulista



Homenagem a Mário Covas

Para manter viva a presença de Mário Covas, é necessário seguir o exemplo deixado por ele. Essa é a opinião do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que fez ontem sua homenagem póstuma ao governador de São Paulo, falecido na terça-feira. Para Lúcio Alcântara, os ensinamentos, o exemplo e a insistência da ética na política representam o legado mais importante de Covas.

Alcântara recordou a participação de Mário Covas na Assembléia Nacional Constituinte, que elaborou a atual Constituição brasileira, promulgada em 1988. "Era um momento de abertura e de reorganização

da vida política do país. Havia grande ansiedade em relação aos trabalhos da Constituinte", disse. Mário Covas, de acordo com Lúcio Alcântara, fez parte do núcleo de parlamentares responsáveis pelo êxito do empreendimento. "Não é a Constituição dos nossos sonhos, mas foi a resultante dos debates, da discussão", afirmou.

Ele ressaltou ainda que Covas fará muita falta ao PSDB, especialmente por sua coragem até de discordar publicamente do presidente Fernando Henrique Cardoso. "Muitas vezes Covas foi a voz de alerta"



Lúcio Alcântara: "Muitas vezes Covas foi a voz de alerta"

tas vezes Covas foi a voz de alerta, mostrando desvios e indicando a necessidade de tomar decisões", lembrou. Em relação à última tarefa política empreendida por Covas, Alcântara recordou a situação difícil em que o governador assumiu o estado de São Paulo, inclusive com o funcionalismo sofrendo três meses de atraso de salários. "Covas adotou muitas vezes posições antipáticas, mas, com sua visão política, saneou as finanças estaduais e recuperou a capacidade de investimento do estado", disse.

## Para Tebet, carinho da população mostra "o quanto vale a pena ser sincero e honesto"

Com a morte do governador de São Paulo, Mário Covas, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ter "percebido o quanto vale a pena ser sincero, honesto e coerente". Presente ao sepultamento ocorrido ontem em Santos, o parlamentar ficou comovido com as demonstrações de carinho da



Ramez Tebet: "Covas foi o exemplo mais vivo e eloqüente de ética no país"

população. Tebet fez questão de deixar registrado que não é apenas São Paulo que perde com a morte de Covas. Em sua opinião, o Brasil fica mais pobre e o mundo político deixa de ter uma referência ética.

Também chamou a atenção do senador o fato de que homens de

diferentes tendências políticas tenham comparado ao enterro. Algo que só uma figura pública, sem manchas biográficas, como Mário Covas, poderia conseguir, disse o senador. Por ser presidente do Conselho

de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, Tebet entende que tem autoridade para assegurar que, a partir de agora, o político paulista passará a servir de modelo de ética e moralidade. O senador equiparou a trajetória de Covas à de políticos da estatura de Tancredo Neves, Teotônio Vilela e

Ulysses Guimarães.

Ao ressaltar o bom trânsito político do governador e as suas qualidades pessoais, Tebet observou que morreu um presidente em potencial. Para ele, Covas tinha grandes chances de ser o sucessor de Fernando Henrique na Presidência da República.

Desde que conheceu Covas em Araçatuba (SP) na década de 60, o parlamentar sempre nutriu uma enorme admiração pelo político paulista. "Covas foi o exemplo mais vivo e eloqüente de ética no país", afirmou.

Presidindo a sessão, o senador Tasso Rosado (PMDB-RN) associou-se às homenagens prestadas ao governador paulista. "Mário Covas continuará vivo entre nós", destacou.

## Hartung espera que "os Mários não sejam exceção na política brasileira"

Ao lamentar a morte de Mário Covas, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) manifestou seu carinho, afeto, admiração e respeito pelo governador paulista e falou de sua esperança de que "os Mários não sejam exceção na política brasileira". Ele explicou não ter ocupado a tribuna terça-feira, na sessão de home-

nagem a Covas, por estar representando o seu partido, ao lado do líder do PPS na Câmara, deputado Rubens Bueno (PR), no velório em São Paulo.

"Espero que a gente possa usar esses bons exemplos, como o de Covas, para construir uma política com 'P' maiúsculo, a serviço do interesse público",

afirmou Paulo Hartung. Ele lembrou que, na sua campanha para prefeito de Vitória, Covas esteve ao seu lado, participando dos comícios e do corpo-a-corpo junto aos eleitores. "Ele foi o companheiro de sempre, me apoiando talvez em um dos momentos mais difíceis daquela campanha."

## Hartung propõe comissão para saneamento

Senador pede à Mesa que crie grupo de trabalho temporário para avaliar o projeto do Executivo que institui as diretrizes nacionais para uma política de saneamento básico

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) encaminhou requerimento à Mesa pedindo a criação de uma comissão temporária para analisar o projeto encaminhado pelo governo federal instituindo diretrizes nacionais para uma política de saneamento básico. Ele destacou que, apesar de o projeto ter sido recebido pelo Congresso em 21 de fevereiro e tramitar em urgência constitucional (tem que ser votado pela Câmara em 45 dias e pelo Senado em outros 45 dias), as discussões sequer foram iniciadas.

— As informações que me chegaram no início desta semana dão conta de uma indefinição na Câmara dos Deputados quanto ao destino do projeto. Não se decidiu

ainda se a matéria vai para as comissões permanentes ou se será constituída uma comissão especial para apreciá-la, depois que for avaliada sua constitucionalidade na Comissão de Constituição e Justiça — afirmou.

Considerando o projeto uma “iniciativa louvável” do governo, Hartung disse que a sua preocupação não é apenas com a urgência constitucional da matéria, mas com a necessidade de o Brasil resolver os problemas de milhões de famílias, sobretudo moradores das pe-



Para Paulo Hartung, os problemas do setor exigem “soluções imediatas”

riferias dos centros urbanos, que carecem de serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Hartung afirmou que seu requerimento coincide com sugestão apresentada pelo senador Paulo Souto (PFL-BA) para que o Senado consti-

tua uma comissão que anteciparia o debate do projeto enviado pelo governo. Analisando a proposta do Executivo, Hartung considerou vários pontos positivos. Entre eles, destacou a exigência de o julgamento da licitação para concessão

ou permissão de serviços de saneamento básico ocorrer mediante a combinação do critério da antecipação de metas físicas anuais e da oferta da menor tarifa. Por outro lado, o senador considerou inadequado o prazo de dez anos para a universalização dos serviços, conforme previsão do governo.

— O Congresso pode encurtar esse período, uma vez que estamos diante de problemas que exigem soluções imediatas — comentou.

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse estar disposto a contribuir com a comissão, mesmo que informalmente. Ele ressaltou que os investimentos em saneamento feitos nos últimos anos foram irrisórios.



Requião leu ofício em que Ferolla se queixa da importação de dez radares dos Estados Unidos

## Requião revela crítica feita por presidente do STM ao Sivam

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) leu ontem, em plenário, trechos de um ofício do presidente do Superior Tribunal Militar (STM), tenente-brigadeiro-dor Sérgio Xavier Ferolla, ao ministro da Defesa, Geraldo Magela Quintão, com críticas ao Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Ferolla condena em especial a importação, pelos administradores do sistema, de dez radares meteorológicos dos Estados Unidos, o que teria prejudicado fornecedores brasileiros do produto.

“Essa decisão trai objetivos, aspirações e compromissos que foram bandeiras levantadas nos debates de que participei, em defesa dos poucos segmentos viáveis para a participação da indústria nacional e da capacidade da indústria nacional”, diz Ferolla no ofício.

O senador apoiou as preocupações de Ferolla e requereu a transcrição da íntegra do ofício nos Anais do Senado, além de aceitar a sugestão do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) de enviar cópia do documento ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. “O Senado precisa tomar conhecimento dos caminhos ou descaminhos do Sivam, cuja instalação foi motivo de tanto debate”, afirmou Requião.

Ele lembrou que, quando da criação do Sivam, defendeu a sua instalação por empresas nacionais, mas teve sua posição abalada pelos argumentos de Ferolla. Uma autoridade em eletrônica, Ferolla considerou irreal e incoerente entregar à indústria nacional a produção de sofisticados equipamentos e sistemas. Para o militar, a tecnologia nacional só poderia ser aproveitada em alguns produtos, como, por exemplo, os radares meteorológicos.

## Waldeck Ornélas presta contas de sua gestão na Previdência

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) prestou contas do período em que exerceu o cargo de ministro da Previdência e Assistência Social, dizendo que foi excluído do ministério, “com muita honra”, não por causa do seu desempenho nem por criar vulnerabilidade



Ornélas: caminho aberto para a redução das contribuições ao INSS

moral ao governo. “Deixei o ministério exatamente porque sei ser leal e correto. Cumprir não apenas a missão que me foi confiada, fui mais além. Trabalhei duro na recuperação do conceito e da imagem da Previdência”, afirmou.

Ornélas disse que a missão que lhe foi confiada era aprovar a reforma da Previdência, com o apoio do Congresso. “Essa foi, sem dúvida, a reforma mais difícil, mais demorada e mais combatida, em geral por desconhecimento, mas também por conveniência”, assinalou.

O senador destacou, entre os principais resultados de sua gestão, a adoção de um novo método de cálculo dos benefícios, com a introdução de critérios atuariais que permitem ao trabalhador receber de acordo com o que contribuiu e um prêmio pela permanência em atividade. Também ressaltou o novo perfil que imprimiu à Previdência, afirmando que,

com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), todos foram nivelados. Como consequência, Ornélas lembrou que já em 2000 houve uma estabilização no déficit da Previdência.

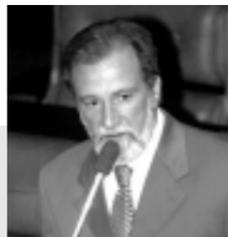
Para Ornélas, a Previdência demonstrou que pode ser “tanto eficiente como equilibrada”, criando condições para a progressiva redução da alíquota de contribuição das empresas, o que pode ajudar a aumentar a oferta de empregos. Ele listou ainda as medidas adotadas em relação à previdência complementar, notadamente em relação à fiscalização; à previdência do servidor público, com a igualdade entre civis e militares; e à modernização e à moralização, com a reestruturação do INSS, a criação de gerências executivas e o combate às fraudes, à corrupção e à sonegação. E disse que sua única frustração, como ministro, foi não ter conseguido criar a carreira de técnico previdenciário.

Os senadores Hugo Napoleão (PFL-PI), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Antero de Barros (PSDB-MT) e Moreira Mendes (PFL-RO) fizeram apartes, destacando o excelente desempenho da Previdência Social durante a gestão de Ornélas.

## Osmar Dias aponta atraso no plano para safra de inverno

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) criticou o atraso no anúncio, por parte do Ministério da Agricultura, do plano de plantio para a safra de inverno deste ano. Dizendo que não há justificativa para o atraso, ele pediu que o anúncio ocorra o quanto antes, “se possível, ainda nos próximos dias”.

Osmar afirmou que, se o país está colhendo a maior safra de soja de todos os tempos, “isso se deve muito mais às condições climáticas favoráveis do que aos esforços do go-



Osmar: anúncio deve ocorrer, “se possível, nos próximos dias”

verno”. Ele lamentou que os números relacionados ao trigo não sejam tão animadores, ficando em apenas 9,9 milhões de toneladas, pouco mais de 10% do total da safra de grãos.

Como cerca de 80% do consumo de trigo é importado de países como Argentina, Canadá e Estados Unidos, elimina-se a possibilidade de serem criados até 200 mil empregos diretos e indiretos no país, disse. Salientou ainda que isso aumenta de forma considerável o déficit comercial.

## Arlindo registra aniversário do jornal *Estado de Minas*

Em nome da liderança do PTB, o senador Arlindo Porto (MG) registrou ontem a comemoração dos 74 anos de fundação do jornal *Estado de Minas*, marcada com a inauguração de sua nova sede, na Avenida Getúlio Vargas, em Belo Horizonte. O senador informou que a empresa Diários e Emissoras Associados, da qual o *Estado de Minas* e o *Diário da Tarde* fazem par-



Arlindo: nova sede marca a modernização alcançada pelo jornal

te, está implantando “um verdadeiro centro de comunicação” com o objetivo de integrar cada vez mais o jornal a Minas Gerais.

A nova sede, contudo, está totalmente informatizada e mostra bem o sucesso da empresa jornalística que Assis Chateaubriand incorporou aos Associados, com Pedro Aleixo na presidência e Tancredo Neves como acionista.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Antero Paes de Barros e Tasso Rosado